

**Poder local, escravidão e sociabilidades na Capitania de São José do Piauí,  
1761-1808**

**\* Mairton Celestino da Silva**

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo discutir as relações de poder, escravidão e a constituição de laços de hierarquias à época da instalação político-administrativa portuguesa na cidade de Oeiras, no ano de 1759, então sede da Capitania do São José do Piauí. Para tanto, utilizaremos como documentação os registros eclesiásticos de batismos, casamentos e óbitos de escravos, africanos e homens livres, bem como inventários e testamentos a cerca do período em estudo. Deste modo, portanto, a idéia a ser sustentada pelo autor é a de compreender tal sociedade - amiúde vista como mera produtora de gado e, por sua vez, subsidiária de uma economia maior - como algo multifacetado, marcado por negociações, conflitos e dinâmicas sociais próprias no que tange aos modos de dominação e de interesses locais frente ao poder central.

**Palavras Chave:** História, poder local e Piauí Colonial

Entre os primeiros relatos históricos acerca da Capitania de São José do Piauí temos como destaque aquele relacionado à passagem do Engenheiro João Antônio Galúcio, quando no ano de 1761 produz o seu Mapa Geográfico da Capitania do Piauí e parte Adjacentes. Neste documento, Antonio Galúcio descreve sumariamente alguns aspectos da geografia, das povoações e das fazendas da localidade. Embora seja um relato de substancial valor histórico pouco nos diz acerca das sociabilidades e da vida cotidiana dos seus habitantes. Ainda sobre o século XVIII encontramos o relato do ex-Governador do Maranhão João de Maia da Gama que atento aos possíveis lucros de seus empreendimentos nos sertões de dentro relata aspectos importantes do território e das suas posses na região (MOTT, 2010: 45-46). Entretanto, em Descrição da Capitania de São José do Piauí do Ouvidor Antonio José de Moraes Durão podemos encontrar aspectos importantes para uma história social dos primeiros habitantes dessas terras

---

\* Professor da Universidade Federal do Piauí e Membro do IFARADÀ – Núcleo de Pesquisa em Africanidades e Afrodescendência.

brasílicas. Dividida administrativamente entre as vilas de Campo Maior, Parnaíba, Marvão, Valença, Parnaguá, Jeromenha e Oeiras, esta como cidade sede da Capitania (PEREIRA, 1974).

Para se ter uma idéia dessas vilas frente às demais do Reino, o ouvidor apontava Campo Maior, como uma vila bem situada “numa espaçosa campina, com 79 fogos e semelhanças de povoação do Reino”. Diferentemente de Campo Maior estava a Freguesia da Mocha que, ao receber a Capela de Nossa Senhora da Vitória, logo se tornaria a se chamar São José do Piauí e, posteriormente, Oeiras, sede administrativa da Capitania de São José do Piauí, que nas palavras do ouvidor era uma verdadeira “cafurna”.

*Os principais descobridores deste sertão foram Francisco Dias de Ávila, Antonio Guedes de Brito, Bernardo Vieira Tavares, Domingos Afonso Certão, e outros, aos quais concedeu S. majestade todas terras que possuísem. E suposto expulsassem os índios das Ribeiras do Piauí e Canindé, foram as primeiras que se descobriram, tornaram os mesmos a recuperá-las com bastantes estragos para ocuparem. Outros reinóis mais ajudaram os primeiros, e pouco a pouco se foram entrando, indo pelas mesmas e outras ribeiras, lançando fora de todos os ditos índios, estabeleceram ocupando cada, e povoando o que pode, mais daqui se seguiram aos depois pleitos com os doctários que ainda agora se acham indecisos. (Descrição da Capitania de São José do Piauí feito pelo ouvidor Morais Durão) <sup>1</sup>.*

As palavras do ouvidor Durão demonstravam, por sua vez, a falta de incentivo por parte da Coroa portuguesa em ocupar estas terras, propiciando assim, a fixação de sujeitos com índoles duvidosas, bem como escravos e pretos fugidos do litoral, um ambiente, na visão do ouvidor, de difícil ocupação.

*Vinham os pretos parte em cativo, parte fugitivos das mais comarcas, e todos se viram a misturar e confundir, formando um só povo de nações tão*

---

<sup>1</sup> A descoberta dessa documentação descritiva da capitania de São José do Piauí, bem como a sua total publicação encontra em MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

*diversas em que sempre se respira serem os mesmos vícios de cada uma delas realçada. E como ao mesmo tempo são raríssimos os reinos que do Reino viessem dirigidos para estes sertões, e ainda assim mesmo tomavam com facilidade os vícios da terra a que não podiam resistir, arrebatados, como se uma torrente que os submergia. É bem perecível o caráter destes povos. (Descrição da Capitania de São José do Piauí feito pelo ouvidor Morais Durão)*

Povos de nações diversas que se misturavam e confundiam, aos olhos dos governantes, aqueles que pela primeira vez passavam por estes sertões. Assim, a Capitania do Piauí seria representada de um lado, pelo espaço do ocultamento social, aonde as leis do império dificilmente chegariam com a eficácia prometida àqueles vistos como “insolentes”, “falidos” e “criminosos”. Pela óptica dos sujeitos, por sua vez, as entradas aos sertões potencializaria a recriação de outros espaços e territórios, mais também pela reinvenção de outras identidades, uma vez que o nome – a menor partícula definidora do sujeito – se tornaria nessas “ribeiras e suas brenhas” um mero artifício usado por muitos sujeitos sem fortunas e bens que para lá resolviam se fixar.

*Enquanto os primeiros descobridores davam ao longe, uma grande idéia destes sertões, movidos delas se abalavam muitos a seguir-lhe o exemplo, para lhes ser companheiros nos interesses que se comprometiam, se evacuavam todas as capitánias vizinhas dos maus humores que as alteravam, porque os criminosos, os insolentes e os falidos buscavam de tropel estas ribeiras e suas brenhas, não tanto para seu aumento quanto nelas ocultarem com segurança as suas maldades e desregramentos, firmes estabelecidos com a mudança de nome e de território, nenhuma faziam na vida, antes continuavam naquelas com tanto maior desafogo quanto viram mais impossível a punição das mesmas. Ainda hoje essa máxima, porque ainda hoje é receptáculo de tudo o que é mau. (Descrição da Capitania de São José do Piauí feito pelo ouvidor Morais Durão)*

Com a instalação das vilas, ao longo do século XVIII no Piauí, o que se assiste é uma sucessão de bandeirantes, posseiros, fazendeiros, pobres livres e índios lutando pela ocupação das terras. De acordo com a historiografia recente, a ocupação das terras

do Piauí se deu nos anos de 1662 e 1663 mediante o esforço político por honras e mercês (RICUPERO, 2008) de Garcia D'Avila, líder da família D'avila, grande proprietária de terras e apresadora de índios. Paralela à ocupação da família D'avila haveria em conjunto a penetração de grupos de posseiros e bandeirantes, que através de ocupações sem o consentimento real forjariam uma identidade social conflitiva, baseadas essencialmente na busca e preservação de interesses individuais.

Para Muniz Bandeira, a luta entre sesmeiros e os povoadores no Piauí se revestiria de uma maior intensidade do que em outras regiões (BANDEIRA, 2000). Somente com o término dos conflitos, a Coroa decretaria, em 1702, a imediata anexação do Piauí à jurisdição da Capitania do Maranhão que, em 1772, tornaria um Estado separado do Grão-Pará, tendo um governo próprio e subordinado a Portugal.

Sanados os primeiros problemas administrativos e da posse das terras no Piauí, as famílias locais começariam a construir uma identidade social essencialmente restrita a poucas linhagens familiares com preferências, entretanto, ao suposto sangue aristocrático luso-brasileiro (BRANDÃO, 1995:76-78). De fato, mesmo com o baixo percentual de escravos na sociedade, haveria a utilização da mão-de-obra desses na pecuária (FALCI,1995: 93).

Nesse sentido, a sociedade a se formar no Piauí, se alicerçaria não na distribuição de cargos, honras, terras e mercês advindas diretamente do Império português, mas através de uma dinâmica sócio-cultural própria, subsidiada, portanto, pela lógica do trabalho escravo e do paternalismo. Assim, tal prática de dominação forjaria uma identidade social conflitiva à medida que a posse de terras, de gado e de escravos ajudaria a recriar elementos símbolos e matérias capazes de distinguir socialmente os sujeitos que aqui buscavam residir (LARA, 2007).

Dessa maneira, a própria sustentação da escravidão, dos laços de hierarquias e das distribuições de cargos públicos na capitania de São José do Piauí se revestiria de uma lógica administrativa peculiar. Assim, os espaços para barganhas e negociações serviriam para intermediar as relações sociais cuja eminência do conflito pareceria o caminho mais próximo. Assim, as estratégias negociadas entre os limites da administração e da punição social, nessa sociedade periférica do império, ganhariam legitimidade à proporção em que as leis locais intermediassem os conflitos ali existentes. Exemplo disso tem-se no caso envolvendo a escrava Esperança Garcia e o

capitão Antônio Vieira Couto, administrador da fazenda Algodões. Esperança Garcia era uma escrava pertencente a uma das fazendas reais que foram incorporadas à Coroa quando da expulsão dos padres jesuítas no Piauí. Eram tais propriedades administradas por criadores ou vaqueiros, que deviam zelar pelos rebanhos, pela escravaria e pelos apetrechos empregados na atividade pastoril. Numa dessas fazendas vivia, conforme ensina a escrava, o capitão Antonio Vieira Couto, o qual retirou Esperança Garcia de sua fazenda (a de Algodões), fazendo-a cozinheira na Inspeção de Nazaré.

*Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antonio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda aonde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha. (MOTT, 2008)*

Muito embora as fazendas de gado no Piauí fossem caracterizadas como territórios de permanentes tensões sociais (LIMA, 2001), nos quais os trabalhadores livres e escravos resistiam às condições de trabalho, ações espontâneas de rebeldia, bem como a existência de alternativas para garantir a sobrevivência possibilitavam a estes últimos condições favoráveis a diálogos com seus superiores, quando a negociação não era possível, recorrer ao poder superior seria a melhor maneira de resolver determinada pendenga.

A idéia de se pensar na existência de uma variedade de mecanismos de sobrevivência e, em muitos casos, mais do que isso nos ajudaria a compreender os motivos pelos quais muitos “criminosos” e “falidos” que tanto incomodava o ouvidor Durão se interessavam em buscar moradia nos sertões brasílicos. Para a capitania do Piauí essa possibilidade poderia ser mais atrativa, uma vez que ao se localizar numa

extensa faixa de terras, cercada por grandes rios, como o Poti e o Parnaíba e ainda aberta e com espaços ociosos entre fazendas públicas e privadas, homens e mulheres, livres, pobres e despossuídos poderiam encontrar meios de sobreviver sem a interferência do mando local.

O forjamento de interações e trocas culturais, portanto, ajudaria muitos escravos, índios, bandeirantes, posseiros e vaqueiros nessas terras do Piauí a desenvolverem sínteses culturais (PRICE, R. & MINTZ, S. 2005) baseadas essencialmente na reelaboração de práticas religiosas e sociabilidades outras.

Expandindo tal interpretação, podemos considerar também que os fatores que condicionaram a formação sócio-cultural do Piauí com a presença de bandeirantes portugueses, escravos africanos e/ou escravos nascidos nos sertões e gentílicos potencializaria a “reinvenção” de novas culturas. Conectar, portanto, essas recriações culturais, seus conflitos e sociabilidades tendo como espaço de análise as periferias do mundo colonial português, poderão, certamente, a desvendar outras histórias acerca da dinâmica do império português em terras brasílicas.

## **BIBLIOGRAFIA**

BANDEIRA, Moniz. *O Feudo: A casa da torre de Garcia D'Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995.

\_\_\_\_\_. *O Escravo na Formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999;

COSTA, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. v.2. Teresina: Artenova, 1974.

FALCI, Miridan B. K. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: FCMC, 1995.

LARA, Sílvia H. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871*. [Tese de Doutorado], PUC – RS, 2001.

MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

PRICE, Richard & MINTZ, Sidney. *O nascimento da cultura Afro-Americana*. Rio de Janeiro. Ed. Pallas. 2005.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da Elite Colonial*. São Paulo. Ed. Alameda, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial; 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.